

RELATÓRIO OFICINA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR
NO TERRITÓRIO CHAPADA DOS VEADEIROS



DE 21 A 24 DE SETEMBRO DE 2010
HOTEL FAZENDA VEREDAS – CAVALCANTE-Go.



DEA/SAIC/MMA

OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO TCCV

ABERTURA



Às 19h. do dia 21 de setembro de 2010, no Hotel Fazenda Veredas no município de Cavalcante-Go. iniciou a 2ª Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar no Território Chapada dos Veadeiros, com a fala de boas vindas do Sr. Claudison Rodrigues Vasconcelos - Diretor do DEA- Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

”Educação Ambiental e Educação do Campo: práticas, avanços e aprendizados.”

Palestrantes: MMA/DEA, MEC/Educação do Campo, CONTAG;



Renata Maranhão – Gerente de Projetos do Departamento de Educação Ambiental do MMA

Fez sua exposição, falando da educação ambiental, seu conceito e seu papel social, esclarecendo a diferença entre Políticas, Programas e Projetos.

Segundo ela, **A Educação Ambiental** é entendida como um elemento de transformação social que busca, por meio de processos formativos, estimular grupos e indivíduos a atuar em ações socioambientais que visem ao exercício da cidadania, à participação e à inclusão social. Possui papel transformador e político capaz de contribuir com a mudança de valores e atitude de líderes comunitários, técnicos, empresários e usuários em prol de sociedades mais justas e sustentáveis. Apresentou a PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei 9.795, e o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA , que tem como missão contribuir para a criação de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes.

O Educador Ambiental é o indivíduo/agente de sustentabilidade que nos seus locais de origem (que conhecendo sua realidade), age coletivamente para sacudir e incentivar sua comunidade para um novo olhar (vivência) sobre o ambiente. A observância da conjuntura social e econômica não pode ser um fator determinante para os trabalhos de EA, que por sua

vez são contínuos, flexíveis e transversais. O controle social e o diálogo favorecem a potência de ação das políticas públicas. A EA deve contribuir p/ transformação da realidade social em que se vive enfatizando o olhar crítico e reflexivo.

Em sua fala destacou os programas existentes no DEA, tais como: Telecentros e educação à distância; Coletivos Educadores; Projeto Tela Verde; Programa Nacional de EA e Agricultura Familiar; PEAMSS; e nas Ondas do São Francisco destacando os Telecentros indígenas – e citou o exemplo da comunidade do Amarelão - *que trabalha com castanha de caju. Com os atravessadores as condições de vida da comunidade são tão precárias (ar poluído pela queima das castanhas, perda das digitais, trabalho infantil, baixa remuneração) que ocasionam a perda da auto-estima e o desanimo com a vida já que vão se perdendo pela padronização econômica.* Observando que um processo educativo, passa por trabalhar alternativas e elevar a autoestima da população. Apresentando as seguintes questões para o debate:

Para se chegar efetivamente na ponta é preciso reconhecer os atores e favorecer o dialogo com a educação do campo. Como?

Quais são as demandas? Para quem?

Que ações serão úteis para se chegar ao ponto que queremos ?

A “Ela está no horizonte, me aproximo dois passos e ela se afasta dois passos,caminho dez passos e o horizonte corre dez passos, por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei para que serve a utopia? serve para isto, para fazer caminhar ”.

Eduardo Galeano

José Roberto - Técnico em Educação do Campo do MEC, fazendo uma referência a Eric Hobsbawm diz que o primeiro aprendizado para construir qualquer processo, qualquer programa é a cultura, ele adverte que o processo de identidade dos camponeses precisa ser considerado em qualquer processo formativo, ilustrando sua fala com o relato da história da vaca do camponês, historiando, ele nos contou, _ ” *que num determinado município, um camponês tinha duas vacas que davam pouco leite, um técnico analisando a situação lhe recomendou, a vender as duas vacas e comprar uma mais nova que produzisse mais que as duas, o camponês reagiu dizendo, não posso vender, pois uma das minhas filhas está prestes a casar e uma dessas vacas será comida no casamento.*”



AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MEC

Para José Roberto, houve um avanço da educação a partir de 2004, numa ação conjunta com os movimentos sociais foi criado um processo democrático para a construção de programas mais próximo da realidade do campo. O Pro jovem Campo, com elevação de escolaridade e qualificação profissional, O professor com graduação recebe ao final certificação de especialização, quem não tem graduação recebe certificado de extensão. Facilita o crédito (pronal jovem). Beneficia jovens de 18 a 29 anos com bolsa de 100 reais a cada dois meses (12 bolsas durante 24 meses) e sai direto do FNDE p/ a conta do aluno, por isso precisa ter CPF. O período é variável e a organização é da forma que a comunidade escolher podendo ser em

alternância, quinzenal, final de semana, noite, etc; Saberes da Terra. Os programas Pro campo, com duas áreas formativas, Escola Ativa, possui metodologia colombiana, cantinho de leitura, material didático, participação da comunidade na escola, inicialmente no Brasil, essa experiência não incorporou a participação da comunidade na escola, este programa foi reformulado incorporando esses componentes, e para ser trabalhada nas escolas de multiséries, por sugestão do Ministro, se fez a reformulação para passar os recursos diretamente para as escolas. Construção de escolas rurais, tem sobrado dinheiro desse programa por duas situações, uma é que a maioria das prefeituras estão inadimplentes; Outro motivo é a falta de resposta para as diligências que enviamos pedindo mais informações, a resposta demora mais de seis meses para ser respondida. A resolução nº 2 em seu artigo 5º determina que se fazer nucleação essa deve ser intra campo. Não se pode usar mais de 50% do tempo escolar para o transporte dos alunos. Em MT a regulamentação da resolução determina que não se pode usar mais de 30% do tempo na escola para o transporte dos alunos.

- Zaré, levantou a informação de que tem chegado até a CONTAG a informação que dentro do processo de nucleação de escolas rurais no último ano 4.000 escolas rurais foram fechadas, pedindo ao representante do MEC que confirme essa informação

– Beto confirmou a sua informação, dizendo que o número é bem maior. Avanços na educação do Campo, a legislação aponta para não fechamento de escolas, e que elas não sejam nucleadas, como vivemos no estado federal, onde o ministério não pode dizer aos municípios o que eles devem, obrigar-los a não fechar escolas, o que podemos fazer é orientá-los e o que estamos fazendo é orientar a comunidade a procurar o Ministério Público a impedir o fechamento das escolas com base na legislação..... Pouquíssimos Estados fizeram a regulamentação com base na resolução Federal, o Estado de Goiás foi um que não fez a regulamentação. Em 2005 após... o compromisso foi que cada Estado deveria fazer o Comitê, e o transporte escolar deve ser de uma escola para outra do campo, que tenha mais condições e não nuclear do campo para a cidade. (trecho registrado pela Neila)

Zaré – Assessor da Secretaria de Políticas Sociais da CONTAG



A CONTAG é a representação nacional dos agricultores familiares. É estruturada em rede e nos estados tem uma federação estadual e no nível municipal tem os sindicatos dos trabalhadores rurais. Atua fortemente na implementação e na estruturação das políticas que favorecem e fortalecem a agricultura familiar. Tem uma visão de desenvolvimento de um projeto alternativo e sustentável para o campo brasileiro.

Alguns pressupostos para a EA p/ AF: processos de construção devem se inserir e dialogar com as visões de futuro do DR no campo brasileiro a médio e longo prazo. Sabendo que essas visões podem ser mais sustentáveis ou não.

Existem apenas dois grandes modelos de Agricultura que são: a patronal e a familiar. Na AF é que estão os principais conhecimentos onde se baseiam as estratégias de desenvolvimento e inclusive tem um potencial muito maior para se desenvolver com sustentabilidade. No contexto das mudanças climáticas globais, da sobrevivência humana na terra é preciso dialogar com a AF que possuem esses conhecimentos.

O campo é muito mais que um espaço de construção que o agronegócio entende. Na AF é um espaço de reprodução cultural na construção de sua trajetórias de vida

Alguns dados do censo apontam a AF como uma agricultura mais intensiva do que o agronegócio.

Celso Furtado e Paulo Freire são boas matrizes para se pensar EA na AF. O desenvolvimento é um processo e um espaço em construção do futuro e o homem é um transformador da realidade. Na construção do desenvolvimento não se pode deixar q alguém pense esses

processos por nós povo, mas sim, que nós, atores sociais sejamos protagonistas nessa construção futura de desenvolvimento. É através dessa participação ativa que se construirá um processo e posteriormente um desenvolvimento mais sustentável e incluyente.

Orientar o foco de EA na AF para os gestores públicos, fortalecer os movimentos sociais também contribui para a efetivação dessas políticas públicas.

Debates:

Otacílio – a formação pedagógica da educação formal (cartilha Sodré q no final dava a ideia de que o campo era apenas espaço de lazer) na atualidade não é bem trabalhada pois não tem reconhecido o campo como espaço de trabalho e vida. A formação da consciência individual tendo em vista que discutir o desenvolvimento é também discutir poder. E qual poder? O poder de sobreviver. Pois o que se discute é a manutenção da vida na terra.

Jodat – ver o Ibama não apenas como fiscalizador mas também como orientador dos processos de conservação ambiental.

Edna – as informações aqui colocadas serão sistematizadas? e esse material será disponibilizado ao grupo? Pois poderá contribuir muito com o direcionamento da EA no território.

Dino – quem tem conhecimento deveria assessorar quem tem poder de decisão.

Europeu – atualmente tudo está direcionado p/ preservar o planeta, o que é bom, mas o sistema é falho pois alguns representantes aqui presentes teriam soluções p/ muitos dos nossos problemas. No entanto, a engrenagem do governo é falha e nem sempre funciona.

Tiririca – precisamos construir mecanismos p/ evitar o transporte escolar do campo p/ a cidade o q diminuiria o êxodo rural. É preciso investir na conscientização. Os companheiros dos sindicatos tem limitações e precisa de certas capacitações para melhor desempenhar suas funções.

Beto – a E.A como disciplina nos currículos pelos exemplos já observados não funciona. O ideal é a transversalidade mas provavelmente deverá ser obrigado a fazer. O projoovem depende da demanda. O caminho da escola é um esforço de adequação dos ônibus e tem uma proposição

que tenha bicicleta também que será entregue para as prefeituras sem contrapartidas. O decreto de Ed do campo está na presidência p/ ser assinado até o final do ano. Esse decreto presidencial é onde se junta todos os marcos regulatórios de Ed. do Campo e poderá assim ser mais reconhecido. Não conhece o agrinho que é um programa do SENAR nas escolas rurais. Disseminação do material é feita p/ as prefeituras, secretarias e alguns movimentos sociais e nem sempre alcança o público final. A lei da merenda (30%) por enquanto é disciplinar, sugestiva enquanto todos se organizam para cumprir. Ainda é um grande desafio e as secretarias serão notificadas. A intersectorialidade articulando as secretarias é fundamental p/ o sucesso da proposição. Ta sobrando dinheiro no projovem tb e tem que devolver. A formação dos educadores tem q ser feita nessa lógica da AF articulando então os saberes acadêmicos com a realidade local. Fazer propostas e levar ao comitê de Ed do campo. Cita Abromavay o campo não é só lugar de safra e de grãos mas tb de gente e de boa gente também!

Zaré – a federação está espalhada pelo Brasil todo, cumprindo sua função de se chegar a base que é onde aparecem as demandas. Os territórios tem conhecimentos que estão sendo construídos para dar base a sociedades mais sustentáveis, eles geram experiências q contribuem com esses processos inovadores com a base de recurso naturais.

Renata – o 1º desafio é que cada ministério/secretaria consiga se articular com o outro. Essa fragmentação favorece a dispersão. Trabalhar a transversalidade não é fácil pois tem q abdicar do nome em beneficio de um projeto mais comum. Nem todo gestor está preparado p/ esse altruísmo. Mas o MMA ao discutir isso com o território já esta tendo um olhar comum/coletivo Para essa colcha de retalhos que está sendo construída.

MESA REDONDA 2:

Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar/ATER: limites e as possibilidades da Agricultura Familiar na construção da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos territórios rurais.

Análise do Professor Marco Malagógi - Na abordagem dos temas solicitados gostaria de percorrer um percurso alternativo, frente a tais objetivos, trazendo algumas interpretações (entre tantas possíveis) sobre o conjunto desses assuntos, buscando uma integração. Vou iniciar pela questão da educação e da educação ambiental, destacando a questão da produção de ferramentas e objetos, e a integração cultural entre os humanos, a partir daquela. Assim

farei provocações para a compreensão das origens da distância que se criou entre a sociedade e a natureza, integradas às origens das desigualdades sociais. Em seguida trago o tema da agricultura familiar, como exemplo de como tais desigualdades se expressam concretamente no Brasil, justificando as lutas sociais que vem ocorrendo ao redor dela, em busca de uma transformação social. Depois falo da agroecologia, um bom exemplo de superação do abismo moderno entre sociedade e natureza e de promoção de uma nova compreensão da vida, em termos socioambientais (nem apenas ambiental, nem apenas social). E nessa abordagem a agroecologia é parte das lutas pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelo reconhecimento das comunidades tradicionais e pela consolidação de uma reforma agrária de fato. Não destacarei neste texto nem questões sobre a agricultura em geral, nem questões ambientais em geral, mas as dimensões apontadas pela oficina, compreendendo tal recorte como momento desta mesma luta. Finalizando o texto vou abordar o tema da produção de conhecimentos ou saberes, e depois o papel da universidade nesta produção, como uma aliada importante do movimento social (ainda que omissa e suspeita, historicamente). Pretendo colaborar para uma compreensão dos expedientes de pesquisa que melhor podem contribuir para o fortalecimento dos processos de reflexão, articulação e ação transformadora dos sócio ambientes, onde é fundamental a colaboração e crítica recíproca entre saberes populares e científicos. Agradeço o convite feito pela equipe do DEA / MMA e coloco-me à disposição de todos para outros esclarecimentos e contribuições. Um forte abraço. Marco.



SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entendo que a educação é uma prática social, que se realiza historicamente e dentro de uma dinâmica cultural e política mais ampla do que só o *aqui* e *agora* das ações de educadores e educadoras, ainda que a intuição e realização destes seja fundamental. E entendo também que essa prática é guiada por uma ou várias formas de pensamento produzidas nesse horizonte histórico e social, herdadas das gerações anteriores. A educação é portanto um conhecimento prático que está intimamente ligado a um conhecimento teórico, dinamicamente. Um deveria apoiar e criticar o outro, permanentemente, pois cada um deles guia e traz uma novidade ou uma provocação para o outro. Quando um ser humano transforma toras de madeira em uma cadeira (no *presente*) ele precisa de alguma imagem mental dessa cadeira (antecipa o *futuro*, que ainda não existe), precisa de um projeto que guiará a ação concreta de construí-la. Mas essa transformação é influenciada também i) pela importância que nosso meio social atribui à cadeira e ao ato de fabricá-la, ii) pelos conhecimentos técnicos de como se fazer uma cadeira a partir de tal material e tais ferramentas e iii) pela memória do aperfeiçoamento do processo ao longo de muitas tentativas de fazer uma boa cadeira. Estas últimas, são dimensões que nos chegam desde o *passado*. Com a prática da educação acontece algo parecido com esse esquema, que fala de uma transformação que um sujeito faz sobre um objeto; mas ela apresenta características específicas que a diferenciam radicalmente desse modelo. Na educação não se trata de um sujeito criando ou transformando um objeto, mas de um ser humano inserido no mundo que age sobre outro ser humano também inserido no mundo, facilitando o seu acesso a uma certa cultura, ou promovendo um treinamento específico (induzindo habilidades, comportamentos), ou provocando dúvidas e reflexões que este não tinha ainda... ou combinações de tudo isso. De todo modo, um colabora para o despertar da humanidade do outro, enquanto o primeiro (re) descobre sua própria humanidade, ambos inseridos em um mundo que está em permanente transformação. Assim, o mundo material, a natureza, está sempre presente nessa interação, direta ou indiretamente. Toda educação então seria uma *educação ambiental*... não fosse pelo detalhe de que nem sempre conseguimos ou queremos incorporar nesse processo de “socialização” as relações que mantemos ou provocamos junto a esse *outro* chamado natureza ou ambiente, seus ciclos bio-geo-físicos, sua complexidade ecossistêmica, a prevenção dos possíveis impactos negativos, o equilíbrio ecológico, a escala planetária, etc. Apesar de tantos avanços nosso conhecimento é limitado, nossas ações geram alguns resultados não previstos e a forma de civilização que passou a

predominar entre nós criou uma distância cada vez maior entre a sociedade e a natureza. Uma construção do pensamento, uma polarização, mas que também se realiza concretamente: sociedade fora da natureza; natureza sem humanos, a ser destruída ou a ser deixada intocada. Aí estou falando de humanidade, de modo geral, simplificando muito (nem todos os povos ou segmentos sociais construíram suas culturas desse modo). Mas há ainda um outro modo de pensarmos esse assunto, relacionando as desigualdades entre humanos e a influência que essa desigualdade traz para a forma como a sociedade se relaciona com a natureza, com seu ambiente. Ao longo de nossa evolução como seres humanos nosso comportamento em relação ao ambiente foi mudando através da transformação que fomos impondo à natureza, que poderíamos chamar de produção humana de um outro mundo, diferente daquele que encontramos, produção de uma *outra natureza*. Ainda nas eras primitivas, a busca pela sobrevivência e a falta de adaptações que a favorecessem em nosso próprio corpo – como possuem outros animais – nos impulsionou a criar ferramentas: da pedra lascada aos utensílios de metal, da coleta e pesca à agricultura, das necessidades animais imediatas à produção da cultura. Aprendemos a conhecer melhor a natureza e assim desenvolvíamos a técnica. Fomos aprendendo a utilizar a natureza e suas forças/energias a nosso favor (o fogo, o arco-e-flecha, a máquina, o robô), criando os “meios de produção”. E com essas “ferramentas” cada vez mais complexas fomos criando também resultados cada vez mais imprevisíveis, diante da complexidade da natureza. Mas há outro problema colocado desde o início de toda essa evolução humana: as próprias relações entre os humanos não eram sempre cooperativas, mas muitas vezes também eram de disputa, de tentativa de eliminação recíproca ou de dominação de uns sobre outros (simplificando muito o assunto, novamente, pois outros povos avançaram mais que nós em termos de cooperação e solidariedade). E quanto mais a apropriação das ferramentas e das *ferramentas que fazem outras ferramentas* (os “meios de produção” ou recursos) foi ficando desigual entre os humanos, gerando uma concentração também desigual de poderes que esses recursos traziam, foram se consolidando formas de dominação de uns sobre outros: os escravos e seus “donos”, servos e senhores, os nativos e os colonizadores, operários e patrões...Resumidamente, ao longo de muitos séculos nossa civilização ocidental (a civilização européia que se expandiu) foi vendo a si mesma como legítima dominadora da natureza, e internamente a essa civilização certos grupos sociais também foram se vendo como legítimos dominadores de outros grupos sociais. Desde as comunidades primitivas, a construção coletiva da realização dos interesses comuns foi perdendo espaço para a construção de interesses mais particulares de uns poucos humanos que, mesmo em menor

número, encontraram formas de se tornar mais poderosos que a maioria. A tecnologia e a ciência foram se consolidando não apenas como fonte de benefícios para a humanidade mas também como ferramentas para se manter tais formas de dominação entre humanos e de certos humanos (mais que outros) frente à natureza. Aí vemos a grande influência que o industrialismo tem na degradação socioambiental. Energia elétrica, bomba atômica, máquina a vapor, automóvel, agrotóxicos, microcomputador... as formas de produção de bens e serviços ficaram emaranhadas aos grandes sistemas político-econômicos definidos pelas elites que chegaram ao poder, e entre eles está aquele em que vivemos: o capitalismo, que (bem simplificada) poderíamos dizer que está baseado na apropriação privada dos meios de produção, na resultante separação da sociedade em classes (proprietária e trabalhadora) e na produção do lucro (a chamada *reprodução do capital*) como principal motivação para a sua existência, fazendo assim a manutenção das estruturas de poder.

Os anos 1960 marcaram um momento em que todo esse acúmulo de “civilização” (onde podemos incluir também sistemas políticos não capitalistas, também pressionados pelo capitalismo) passou a ser compreendido como pouco razoável ou até mesmo insuportável, e assim emergiu a chamada “questão ambiental”, que prefiro chamar de “socioambiental”. Digo que “emergiu” porque embora ela viesse sendo produzida gradualmente ao longo dos séculos, como disse antes, foi só então que se condensou uma percepção social global sobre o tema, a ponto de desestabilizar as instituições sociais e desafiá-las à ação concreta. E por entre tal percepção foi se consolidando também a “educação ambiental” contemporânea (já existiam outras formas de se educar para o ambiente). Nascia também entre as elites capitalistas um debate para se buscar outras formas de desenvolvimento econômico, temendo-se o fim dos recursos naturais necessários à industrialização e a sobrecarga de poluição dela resultante, ruim para os negócios. Infelizmente, o problema civilizacional que foi levantado nos anos 1960 (não apenas SOCIAL E AMBIENTAL, mas a integração íntima de ambos, SOCIOAMBIENTAL, que inclui o ético, o político, o econômico, o cultural, etc.) foi sendo transformado pelas forças dominantes do planeta – em seus discursos – em uma questão apenas “ambiental”, técnica, e que a própria tecnologia e o próprio capitalismo poderiam resolver. Mas antes dessa data já havia pensamentos, movimentos, lutas sociais e reivindicações “socioambientais”, não identificados porém sob esse nome. Por todas essas questões, aqui bem simplificadas, talvez fique mais fácil de se compreender porque há tanto o que dizer e debater sobre as questões socioambientais e sobre a educação ambiental. Um assunto muito provocativo, que carrega cerca de 2.500 anos de reflexões e disputas, e que traz fortes consequências para nossa forma de convivência em sociedade, hoje e no futuro, e ao longo de todo o planeta. As disputas não

acabaram e estão longe de acabar, e a cada instante – querendo ou não – somos colocados nessa teia de relações sociais, convidados a assumir com mais ênfase este ou aquele pensamento (ideologia, teoria, visão de mundo), este ou aquele caminho de luta concreta para sua realização, sabendo-se que é possível a negociação entre vários outros pensamentos e ações – mas não com todos.

SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Hoje, ao falar de educação ambiental e agricultura familiar quero destacar um recorte: o resgate ou promoção de processos de aprendizagem que encarem o desafio de superar esse abismo que criamos entre sociedade e natureza e entre formas de cooperação social, integrando os dois temas. Pelo que disse antes, acredito que essa superação deva ser teórica e prática, e que deva questionar tanto a dimensão das técnicas quanto a dimensão das relações entre grupos sociais (e a integração de ambas). Pois o desenvolvimento das técnicas é uma característica humana que talvez não deva ser evitada e sim criticada, transformada. Mas a dominação de certos grupos humanos por outros, através de certas técnicas e outros meios de produção (como a terra e o trabalho), poderia e deveria ser evitada. Como podemos exemplificar esta reflexão concretamente em dados sobre a agricultura brasileira nas últimas décadas? Vamos conhecer alguns dados sobre a distribuição da renda a partir do trabalho na agricultura e sobre a distribuição da terra no Brasil, ambos meios de sobrevivência e produção que são alvo dessa trama de apropriação diferenciada e dessa dominação entre grupos humanos, com fortes consequências para as relações da sociedade com seu ambiente. Segundo o trabalho do prof. Marlon Ney (UENF) a partir dos dados dos Censos Agropecuários e das Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNADs), desde 1975 até hoje, pode-se afirmar que:

- existe até hoje uma enorme desigualdade da posse da terra no Brasil (a chamada *estrutura fundiária*), e parece não haver uma tendência de redução dessa desigualdade, desde 1975; e isso apesar do assentamento de 970 mil famílias, de 1995 a 2006, criando e ampliando linhas de crédito agrícola especiais para a agricultura familiar e agricultores assentados;
- não é a educação (democratização do acesso ao ensino) o principal determinante das disparidades de renda no país, mas a posse da terra; daí a ênfase na pressão para as ações públicas de desapropriação da grande propriedade fundiária e sua distribuição para as famílias rurais que mais sofrem com a escassez de terra para plantar;
- passados mais de 40 anos da criação do Estatuto do Trabalhador Rural (estendendo a legislação social-trabalhista do meio urbano para a população rural), o setor primário (onde está

a agricultura) ainda se caracteriza pela informalidade e pela baixa remuneração – perde sempre para as condições de trabalho na indústria e no comércio;

- 65 % dos agricultores empregados na agricultura não têm carteira de trabalho assinada, e 43% recebem menos de um salário mínimo; e dentro daqueles 65% (considerado agora 100%), 47 % têm trabalho temporário e 53 % tem trabalho permanente;

Enquanto a indústria e o setor de serviços mostram uma nítida trajetória de queda na desigualdade de renda desde 1995, não se pode afirmar que as disparidades de rendimentos na agricultura estão diminuindo;

- Na agricultura a participação dos 1% mais ricos na renda total quase sempre supera a participação dos 50% mais pobres. Segundo o professor Marcos Pedlowski (também da UENF), pouco mais de 2% dos proprietários rurais hoje possuem o controle de 40% do território brasileiro. Podemos entender esse controle como posse de terras mas também como controle sobre a definição das políticas públicas, da geração e disseminação das tecnologias, do direcionamento da assistência técnica e extensão rural (ATER) e das pesquisas científicas. Estes são também “meios” de produção que são historicamente apropriados nessas disputas entre grupos humanos, disputas entre projetos de civilização, e que vão produzindo materialmente e simbolicamente o território. E foi assim que se produziu (e ainda se produz) historicamente a chamada insustentabilidade socioambiental, que uma educação ambiental crítica e transformadora deveria explicitar e ajudar a criar meios de enfrentamento concreto, político e cultural, mas também econômico e ético.

A chamada *Revolução Verde* (nos anos 1960 e 1970) foi um processo mundial (ocidental, incluindo o Brasil) de transformação não só das tecnologias aplicadas na agricultura mas também de agravamento nas desigualdades de poder nas relações sociais, citadas acima, fortalecendo uma elite que até hoje comanda os rumos do desenvolvimento rural. Os pacotes tecnológicos, as políticas e os processos educativos voltados a essa transformação eram totalmente diferentes daqueles que hoje defendemos para a promoção da segurança alimentar e da agroecologia junto à agricultura familiar. Naquele momento industrializou-se a agricultura e consolidou-se o chamado *agronegócio*, expressão atual para a antiga agricultura patronal monocultora.

A agricultura familiar vem sendo reconhecida como principal ator social na produção de alimentos, promoção da segurança alimentar e potencial agente socioambiental de transformação dos territórios. O modelo do agronegócio, exportador, produtor de agrocombustíveis, intensivo em insumos insustentáveis e subsídios federais... deve ser questionado, politicamente.

SOBRE A AGROECOLOGIA

Entendo a agroecologia como uma daquelas estratégias de aprendizado teórico e prático que criticam a separação entre sociedade e natureza e a exploração/dominação entre grupos humanos. Uma das formas de se pensar a educação ambiental nesse contexto é fortalecer esse aprendizado agroecológico. E não por acaso, nas últimas décadas a agroecologia se transformou em parte das lutas dos movimentos sociais, mas ainda há muito o que fazer.

A agroecologia traz o desafio metodológico de entrelaçar saberes populares e científicos. Tem entre seus pilares o “respeito, resgate e valorização dos conhecimentos dos agricultores e agricultoras em processos de inovação orientados para a promoção de agroecossistemas mais sustentáveis”. Tanto a definição dos problemas de pesquisa quanto a divulgação dos resultados deve envolver a participação de agricultores(as), pois na agroecologia a produção de conhecimento não é privilégio dos profissionais da ciência (Cardoso e Ferrari, 2006 – *Agriculturas*, dez.2006, vol.3, n.4, p.28, p.28-32). Na última década tem se fortalecido a convergência entre a luta pela terra e a luta pela sustentabilidade no cuidado com a terra: “A reforma agrária é uma das políticas públicas defendidas pelo movimento agroecológico nacional, vista como uma das condições fundamentais para se alcançar um desenvolvimento rural sustentável”. (Cintrão, 2005, p.34, *Agriculturas*, out 2005, vol.2, n.3, p.34-36). A autora diz que o MST vêm incorporando cada vez mais o enfoque agroecológico como paradigma para a estruturação técnico-econômica dos assentamentos, ao mesmo tempo em que “pesquisas acadêmicas recentes têm revelado os impactos positivos que pode trazer a conversão de grandes áreas monocultoras em novas unidades familiares de produção”. Além desse aspecto, tais pesquisas também destacam estratégias produtivas já existentes nos assentamentos, podendo ser potencializadas pelos processos de transição agroecológica. Na edição de 2003 do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a Via Campesina Internacional lançou a *Campanha Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*. Entre as proposições da Via Campesina estava a “agroecologia como estratégia produtiva camponesa” e “a valorização das culturas e conhecimentos locais”. Aqui no Brasil a Via Campesina é formada por MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). Segundo os autores o MST considera essa campanha uma oportunidade para introduzir o debate sobre o

modelo tecnológico junto às suas instâncias deliberativas e setores, e sua base social. Ela permite também implementar ações práticas voltadas para a promoção da agroecologia nos assentamentos e acampamentos. É uma nova perspectiva crítica quanto ao próprio modelo tecnológico adotado pelo MST, e almeja-se que tal Campanha extrapole a questão das sementes e evolua para um “Programa Ambiental mais abrangente que integrará novas dimensões relacionadas ao desenvolvimento do campesinato no Brasil” (Corrêa e Monteiro, *Agriculturas nov.* 2004, vol.1, n.1, p.40-43). Não estamos, portanto, falando de “agricultura em geral”, nem de “ambiente em geral”, nem de “sociedade em geral”, mas de um campo de disputas extremamente politizado.

QUESTÕES SOBRE A PRODUÇÃO E MANEJO DE CONHECIMENTOS

Defendo uma educação ambiental crítica, que aborde as questões da sociedade brasileira inserida no mundo, de forma histórica e que não esconda os conflitos socioambientais. Uma educação que busque superar as rupturas entre sociedade e natureza e que faça escolhas políticas que limitem o poder das elites e façam cumprir os estatutos de uma sociedade plural e democrática, sempre em construção. Uma educação que não transfira conhecimentos mas que os produza nos encontros humanos, que privilegie um processo de mobilização coletiva e não individualizado, favorecendo a participação de atores sociais, e que explicita as tais disputas, rompendo com a ideia de desenvolvimento e progresso “genéricos” como consenso e harmonia social. Uma educação que não seja apenas pontual e só com aspectos abstratos, simbólicos, mas que traga o mundo material (da produção dos espaços e territórios), concretamente, e o integre na aprendizagem entre teoria e prática, no tempo, de modo que a luta social de transformação da sociedade seja o eixo central dessa aprendizagem. Um fator que dificulta nossa comunicação nesses espaços é que cada um de nós fala de acordo com certos “filtros” culturais, a partir de nossas histórias de vida, visões de mundo, interesses, filiação a estes ou aqueles grupos sociais (identidades, territorialidades). Esse conhecimento nunca é neutro, mas feito também de escolhas políticas, e por isso os espaços de produção de saberes são também espaços de confrontos e negociações políticas, nem sempre visíveis. Por isso a discussão teórica (incluindo as reflexões, as crenças, os conceitos, as correntes de pensamento, as ideologias e orientações políticas) deveria ser tarefa incorporada nas discussões práticas sobre o mundo e sobre as tarefas de sua transformação. Um bom exemplo são as categorias conceituais que estamos usando em nossa oficina: “território”, “desenvolvimento sustentável”, “agricultura familiar”, “educação ambiental”, “agroecologia”. Como participar das discussões

sem nos esforçarmos em compreender a história e os usos/disputas sobre esses termos? Essas categorias conceituais geralmente nos parecem muito distantes do contexto mais relevante da vida cotidiana, mas são elas que, de muito longe e vindas do passado orientam e influenciam as ações sociais e as políticas públicas, no presente e no futuro. A crítica e a reconstrução dessas categorias deve estar associada a todo o processo educativo, como argumentei inicialmente. É por isso também que se fala que tanto o conhecimento popular quanto o conhecimento científico não se bastam em si mesmos e devem ser mutuamente superados, seja para melhor contribuir para a qualidade objetiva do saber produzido, seja para melhorar sua qualidade política e crítica frente aos processos sociais que eles abordam.

Um exemplo disso é o uso corriqueiro do termo “desenvolvimento sustentável”: geralmente ele é usado de forma descontextualizada dos processos que estou tentando dar destaque aqui.

Foi em grande medida apropriada pelos empresários e governos, que retiram das pautas o conflito social, a visão global dos processos políticos e econômicos, transformando tudo em termos de um discurso para o bem comum e para as soluções tecnocráticas. Por isso alguns setores dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada e das universidades criticam esse termo e preferem o termo “sustentabilidade” ou “sociedades sustentáveis”.

O mesmo se pode ver com o uso do termo “território”. O MST, a Via Campesina de modo geral, e alguns pesquisadores parecem não aprovar tal uso para o debate sobre justiça ou sustentabilidade, talvez por entenderem que o termo foi apropriado por aquelas forças empresariais e governamentais de forma pouco crítica, de modo a promover a continuidade do atual modelo de desenvolvimento, excludente e concentrador de riquezas e rendas, forçando consensos apenas para favorecer a reprodução do capital. Outros pesquisadores e lideranças sociais que aprovam o uso do termo parecem destacar mais as dimensões das identidades e da justiça redistributiva, e por vezes destacam mais o termo “territorialidades”, sem deixar de mostrar que tais territorialidades estão sempre em luta. Continuo acreditando que são os movimentos sociais, trabalhadores e demais grupos que sofrem formas históricas de dominação, com suas lutas, que melhor contribuem para a transformação socioambiental de nossas sociedades, rumo à sustentabilidade. E em menor medida, e sob pressão, a “reboque”, os governos. E bem depois, os empresários.

Sobre a expressão “agricultura familiar”, podemos entender também vários significados ou ênfases. Alguns a utilizam para se referir aos agricultores familiares mais capitalizados, que buscam uma atuação empresarial mais individualizada e nas premissas do capitalismo. Parece ser o caso do SEBRAE, das organizações do sistema “S” de modo geral, dos bancos e das políticas desenvolvimentistas do atual governo. Outros dão mais ênfase aos

agricultores familiares pouco capitalizados, cooperados ou associados, assentados de projetos de reforma agrária, que também buscam resultados econômicos mas não como única racionalidade de sua existência, contribuindo muito mais (ou ao menos potencialmente) para a diversidade cultural, agrícola e ecológica, para a conservação dos recursos naturais através do próprio uso. Promovem a segurança alimentar das suas próprias famílias, mas também da população em geral. Poderíamos encontrar ainda uma ênfase para as populações tradicionais sob essa expressão, quando a racionalidade econômica dominante aplicada à produção agropecuária costuma ser mais secundária ou até mesmo ausente, o que geralmente causa muitos mal-entendidos quando se procura promover o tal “desenvolvimento rural sustentável”, criando-se novos conflitos na própria abordagem da colaboração técnica. Enfim... justiça social, distributiva, universalizada, com caráter radicalmente público, pode conviver com desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas, ainda que sob o cooperativismo ou o associativismo? Questões para o nosso estudo e debate.

Ainda no tema das desigualdades quanto aos modos de produção, de distribuição de renda, quero destacar algumas questões que ilustram pra mim essa argumentação sobre a grande contribuição da luta social para a transformação da sociedade, e que tenho conhecido mais de perto na região norte fluminense, onde trabalho atualmente:

a campanha pelo limite da propriedade da terra no Brasil;

- a campanha pelo fim do trabalho escravo no Brasil;
- a campanha contra os transgênicos e os agrotóxicos;
- as críticas ao modelo dominante do agronegócio, como parte do aprendizado social e socioambiental e como busca da sustentabilidade;
- a promoção dos resgates e inovações em agroecologia, sementes criolas, tecnologias adaptadas, farmácia viva e segurança alimentar.

SOBRE A COLABORAÇÃO DA CIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Refiro-me aqui à contribuição das universidades, ONGs/OSCIPs e centros de pesquisa, quando fortemente estruturados pelo discurso científico. Na universidade pública e gratuita como aquela de onde venho, temos três eixos de atuação que deveriam estar integrados: o ensino (em sala de aula), a pesquisa (a partir da qual criamos os novos saberes) e a extensão (onde se espera que conhecimentos úteis saiam da universidade e cheguem até a sociedade). A princípio, deveríamos esperar que a universidade pública só produzisse conhecimentos para o bem comum, mas não é assim que as coisas acontecem no processo social, como tentei argumentar

antes, e os dados já citados sobre a desigualdade o comprovam. O conhecimento aí gerado não é politicamente neutro nem imparcial, mas pode sim almejar um bom nível de objetividade, desde que permanentemente tensionado e aberto à reconstrução pelo debate e novos estudos/pesquisas.

E também a princípio, poderíamos esperar que ensino, pesquisa e extensão estivessem intimamente integrados (como a própria universidade proclama), mas não estão. Na prática, ainda tradicional, o ensino fica mais confinado à sala de aula, enfrentando muitos desafios para expandir a vivência dos alunos e professores. A pesquisa costuma ser a mais valorizada institucionalmente (numa espécie de “capitalismo acadêmico”), somando mais pontos para o profissional (recursos financeiros, equipamentos, prestígio e poder) e sua carreira. A extensão geralmente carece de recursos e é pouco valorizada; muitos entendem que ela deveria se resumir a palestras pontuais e cursos esporádicos, transmitindo alguns saberes de modo a prestar contas à sociedade do que é feito na universidade. Como poderia ser diferente? Se o movimento social consegue influenciar a “agenda” da atuação da universidade, e/ou se os acadêmicos fazem de seu trabalho um modo de militância, podem ser construídas parcerias que integrem pesquisa e extensão, em uma outra modalidade de produção de saberes (não tão nova assim, mas ainda marginal), o que se reflete na atuação em sala de aula, mais provocativa e crítica junto aos alunos, e que exige do professor e da instituição um esforço de aprendizagem permanente. Esse processo é muito conhecido do empresariado e dos governos, que historicamente comandam a maior porção das pesquisas acadêmicas, direcionando-as para as demandas da reprodução do capital, que secundariamente, também trazem benefícios à sociedade, mas ainda assim, de forma muito desigual.

Um exemplo dessa apropriação é a Escola de Agronomia onde estudei, a ESALQ, pertencente a USP que, mediante convênios com universidades norte-americanas nas décadas de 1950/1960 “preparou-nos” para a consolidação da *Revolução Verde* no Brasil. Outro aspecto importante da colaboração da universidade é a formação de professores que vão atuar junto aos movimentos sociais. Outro ainda é a formação dos alunos que irão se identificar com tal luta política e assim tomarão posição, como técnicos e cidadãos, ajudando a transformar a opinião pública. E há ainda a dimensão dos projetos e programas que a universidade desenvolve e/ou ajuda a desenvolver em parceria com os movimentos sociais, facilitando por vezes a aquisição de recursos materiais e financeiros, na articulação de atores sociais e colaborando na avaliação do processo. Mas sempre será uma disputa entre projetos políticos, feita de muitas negociações e barganhas.

Entre muitas contribuições que a parceria entre movimento social e a universidade/centros de pesquisa traz, eu gostaria de destacar a questão das metodologias participativas, onde encontramos a chamada pesquisa participante e a pesquisa-ação. São modalidades de pesquisa que viabilizam tal aproximação de saber popular e científico, pesquisa e extensão, mas que são muito difíceis de serem operacionalizadas a partir da universidade, pelas razões que expus acima, além de demandarem “um outro tempo” e um “outro tipo de recursos” para sua realização. Nesses processos, a educação ambiental pode se consolidar como verdadeiro círculo de produção de saberes, sob conflitos e acordos, de simultânea interpretação e transformação social, evitando-se os monopólios tradicionais de saber. Daí a questão dos *processos coletivos de aprendizagem*, ou das chamadas *comunidades de aprendizagem* ou *comunidades interpretativas*, ou ainda o nome que marcou a gestão passada no DEA/MMA, os *coletivos educadores*. Não são sinônimos, mas apontam para certas qualidades que a diferenciam da tradicional produção de saber, e que podem vir a facilitar processos mais democráticos e comprometidos com transformações socioambientais concretas. Repletas de dificuldades e desafios, estas propostas estão longe de ser bem-resolvidas e de fácil implementação ou avaliação, mas me parecem indicar um “caminho” mais coerente com o “conteúdo” daquilo que se pretende transformar, a ponto destes se confundirem. Aprendizado para a sustentabilidade e democracia (como finalidade) a partir da própria vivência (em construção) da sustentabilidade e da democracia (como meios). Metodologias embasadas na autonomia individual e coletiva para que se fortaleça a autonomia individual e coletiva. O desafio ainda está aí, a transformação material e cultural da sociedade. Demorando um pouco para “decolar”, também graças à herança atual de vinte anos de ditadura mas, ainda assim, o nosso desafio e campo de ação, hoje.

Marcio Hirata (MDA) - Processo setorizado. Diferentes saberes que porem não contempla o todo. Há necessidade de dialogar com outros setores se atingir o todo. Como a pol de EA na AF se insere na pol geral de EA. Pensar global agir local. Presume-se q todos estejam imbuídos da idéia, no entanto, há descarte de copos no ambiente, poucos trouxeram canecas e garrafinhas. Gestão de meio de produção fala-se de acessos variados: terras, recursos financeiros, vias públicas, tecnologia, assistência técnica.

Há um conjunto de instrumentos disponibilizados pelo governo que facilitam os meios de produção. Ex: A gestão do espaço físico por bacias ou microbacias. Qual o modelo de desenvolvimento que nós queremos implantar? Alguns territórios que conseguem equacionar suas questões tornam-se modelos p/ outros enquanto que outros continuam deprimidos sem

grande expressão. Os atores sociais com sua influência são protagonistas nesse processo e no tipo de desenvolvimento que se quer obter.



Que soluções o colegiado territorial pode fornecer nos problemas encontrados? O dialogo é um instrumento poderoso para se alcançar bons resultados.

Os assentamentos são realizados em áreas degradadas ou exauridas até porque se fossem assentados em florestas o governo estaria cometendo crime ambiental.

Ervanda Timm (MDA/SDT) - O estado brasileiro já teve diversos modos de organização p/ q as políticas se aproximassem mais do publico alvo.

A nova releitura do rural. Ele é um espaço com modo de vida próprio e não apenas um espaço q sobra do urbano. Portanto, o território é a forma organizada que por ter interesses e características semelhantes pode trazer resultados mais eficazes. Surgiu em 2003, e hoje tem 164 territórios rurais homologados e cerca de 80 pré territórios. Em Goiás há 7 territórios sendo que destes, 3 são de cidadania. Há um investimento tanto financeiro quanto de capacitação. Há duas ações específicas: uma é o proinf e outra é o custeio de ações pontuais (PTDRS).

O que o colegiado pode fazer p/ conviver melhor c/ o cerrado? Essa é uma oportunidade de enriquecer o eixo ambiental do PTDRS.

O colegiado é uma instancia privilegiada onde se planeja, direciona e fiscaliza as variadas ações governamentais em seus diversos níveis. Formação de agentes sociais que acompanham a evolução do território.

Utilizar o PTDRS como direcionador/orientador

Debate:

Lucindo – a comunicação entre as secretarias é ruim.

Sinomar – faz uma retrospectiva de sua participação no TCCV e coloca as questões sobre a lei da merenda escolar e as dificuldades encontradas no cumprimento da legislação.

Jodat – de q serve a produção acadêmica se os conhecimentos não chegam aos q deles necessitam? Ex. o quebrador de barú. A iminência do ICMS ecológico. Os aterros sanitários q são polemicas a serem apropriadas pelo território. As mudanças do código florestal.

Fernando - saber mais sobre o departamento de cooperativismo dentro do MDA.

Del – como funciona/ de que modo/ qual é a visão do MDA a respeito da superposição de programas/ações como: Território Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional, APA Pouso Alto, Reserva da Biosfera, Corredor Paranã Pirineus, RPPNs, Reserva ecológica entre outras?

Marcio Hirata – o território só sobrevive se houver união. E a participação é central nessa apropriação e emponderamento. E importante dialogar nos fóruns adequados. Licença ambiental é preciso veicular as informações sobre como funciona. Há experiências sendo realizadas na amazônia e se houver interesse, se dispõe a explicar quais estratégias de dialogo tem sido ofertadas no caso da superposição de ações. O banco não pode exigir a propriedade de posse da terra p/ disponibilizar o pronaf.

Otacílio – há desafios interessantes a serem considerados: as políticas mais avançadas q se tem ate hoje e foram alcançadas através dos movimentos sociais. O governo então estrutura

essas demandas e através de programas e projetos direciona as políticas na escala necessária dentro dos entes federativos até o município. Nesse sentido, é preciso observar que por trás de cada programa ou ente governamental há um funcionário e que ele pode no seu modo de agir, implementar, facilitar ou não, a implementação dos programas e projetos. Suas ações podem ser p/ o bem ou p/ o mal. Deve-se estabelecer um canal de comunicação com a caixa econômica de modo que alguns membros do colegiado possam ser recebidos e informados sobre a situação dos projetos.

Ervanda – o DECOOP é um departamento sobre cooperativismo que tem aporte próprio e tem o Mauro que é o ADE (agente de desenvolvimento econômico) em Goiás. No PROINF há mesmo uma certa demora em atender as demandas, tanto por questões da caixa econômica que é a parceira na execução quanto nos processos internos dentro da SDT.

Marco UFF – a universidade ajuda a sistematizar os processos de luta e os alimenta novamente com seus arquivos. A pesquisa-ação permite uma interlocução cujo conhecimento se dá pela vivência de longo prazo na área de estudo. No entanto, há vários mecanismos de boicote do trabalho desses pesquisadores que se inserem nas comunidades e ou talvez possuem certa proximidade com os movimentos sociais, pois os interesses políticos também interagem nesses processos.

PREV FOGO – os municípios mais críticos são atendidos pelo prev fogo através de parcerias/contatos feitos diretamente com as prefeituras. Para se fazer a queima controlada há necessidade de se preencher vários quesitos que nem sempre podem ser preenchidos. Mas o ideal mesmo é evitar as queimadas pois de qualquer forma há prejuízos. A proposta do prev fogo não é apenas apagar fogo, mas tb evitar que eles aconteçam.

Tenente Xavier - Corpo de Bombeiros – ele é estruturado em 3 regionais e o terceiro comando regional é o responsável por toda essa região. O ideal é veicular as informações sobre o suporte em caso de necessidade. Cerrado vivo é uma operação de suporte que o CB presta auxílio através de forças-tarefas que se deslocam pelo estado p/ atender os chamados. Há as parcerias entre CB, prev fogo e icm bio p/ se combater o fogo e o ser humano é muito pequeno em relação à grandiosidade dos incêndios em vegetação. O CB atuou nesse ano em 3.200 focos de incêndio no estado, dentre esses cerca de 600 foram em áreas de agricultura. É preciso investir em EA e na formação dos indivíduos. P/ queima controlada há diversos quesitos a serem observados como as condições climáticas, o horário de queima, o conhecimento da

influencia do vento, a distancia da abertura do aceiro. Há necessidade de certas noções e p/ isso conta-se com os participantes desse evento p/ disseminar algumas informações básicas que contribuem p/ a conscientização informal da população.

Cláudio (MMA): Programa Mais Ambiente - O Programa foi instituído pelo Decreto nº 7.029 em 10 de dezembro de 2009. Seu objetivo é promover e apoiar a regularização ambiental de imóveis rurais. O Mais Ambiente contará com instrumentos e subprogramas articulados com ações de iniciativas federais, estaduais e municipais.



O Mais Ambiente conta com um Comitê Gestor composto de um representante:

- I. Meio Ambiente;
- II. Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
- II. Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- III. Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma agrária;
- IV. Agricultura Empresarial e Agropastoril;
- V. Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.

O Comitê Gestor é presidido pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Comitê Gestor poderá convidar especialistas de diversas áreas de interesse em políticas públicas.

Objetivos específicos do Programa Mais Ambiente:

Estimular o uso sustentável da propriedade rural, por meio de assistência técnica rural - ATER; Fomentar as atividades de recuperação da cobertura de vegetação nas APP e RL por meio da distribuição de mudas e sementes, preferencialmente, de espécies nativas do bioma que localiza o imóvel rural; Educação ambiental; e Capacitação. O Programa atenderá os produtores rurais em duas categorias:

“Beneficiário Especial” e “Beneficiário Empresarial”.

O “Beneficiário Especial” abrange o produtor familiar e o empreendedor familiar rural, povos e comunidades tradicionais.

O “Beneficiário Empresarial” abrange os produtores rurais que não estão inseridos na categoria “Beneficiário Especial”

INSTRUMENTOS DO PROGRAMA

1. Termo de Adesão e Compromisso;
2. Cadastro Ambiental Rural – CAR; e
3. Instrumentos de cooperação

Cadastro Ambiental Rural – CAR

O CAR será instituído, no Ministério do Meio Ambiente, e fará parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA.

Estas informações poderão ser disponibilizadas para os órgãos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

SUBPROGRAMAS DO PROGRAMA MAIS AMBIENTE:

1. Educação ambiental;
 2. Assistência técnica rural;
 3. Produção e distribuição de mudas e sementes;
- Capacitação.

Os Beneficiários Especiais e Empresariais farão a adesão no IBAMA ou qualquer órgão ou entidade habilitada, conforme instrumentos de cooperação a serem firmados entre a União,

Estados, Distrito Federal e Municípios. O ato de adesão dar-se-á pela assinatura do Termo de adesão e Compromisso de forma gratuita.

A participação nos subprogramas será gratuita para os Beneficiários Especiais.

Os Beneficiários Especiais e Empresariais poderão informar qual(is) subprogramas são de seus interesses.

REQUISITOS PARA ASSINAR TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO:

1. Identificação do proprietário ou possuidor rural;
2. Identificação do imóvel rural, por meio de planta e memorial descritivo, subscrito por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, bem como a indicação das coordenadas geográficas: Perímetro do imóvel; Localização de remanescentes da vegetação nativa; Proposta de localização da RL; e Localização das APP.
3. Solicitação de enquadramento nos subprogramas.

O TERMO DE ADESÃO DO BENEFICIÁRIO ESPECIAL SERÁ SIMPLIFICADO , SENDO NECESSÁRIO APRESENTAR:

1. Identificação do proprietário ou posseiro do imóvel rural;
2. Croqui do imóvel rural, indicando os limites:
Área proposta de Reserva Legal ; e APP.
3. Localização de remanescentes de vegetação nativa.

O georreferenciamento das informações apresentadas no croqui será realizado pelo órgão ambiental, por meio de instituições públicas ou privadas habilitadas, de forma gratuita para os “Beneficiário Especial”.

Esta simplificação no procedimento de adesão será estendida para os produtores rurais com até 150 hectares, porém o georreferenciamento das áreas informadas deverão ser custeadas por eles. A averbação da reserva legal, conforme o Decreto 7.029/09, Mais Ambiente, deverá ser realizada até junho de 2011.

Os produtores rurais terão até três anos, a partir da data de publicação do decreto 7.029/09, para realizar a adesão ao Programa, ou seja, até 10 de dezembro de 2012.

O Mais Ambiente suspenderá a cobrança das multas aplicadas em decorrência das infrações relativas aos arts. 43, 48, 51 e 55 do Decreto 6.514/08, exceto aquelas que foram julgadas em definitivo na esfera administrativa.

Art. 43. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-las com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, quando exigível, ou em desacordo com a obtida.

Art. 48. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em unidades de conservação ou outras áreas especialmente protegidas, quando couber, área de preservação permanente, reserva legal ou demais locais cuja regeneração tenha sido indicada pela autoridade ambiental competente.

Art. 51. Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 58. Fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida.

Obrigado.

Cláudio Santos

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Manhã – 23/09/10

Reflexões em dois sub-grupos: nacional e Território

Subgrupo Território divide-se em 3 micro-grupos

Grupo 1 – (Edna, Gemi, Maurílio, Nil, Del e Mariana)

Atividade proposta: trabalhar/identificar os conflitos ambientais na região e como a ed. Ambiental pode contribuir p/ compor um plano eficaz PNCV e Ampliação: ampliação do PNCV por decreto impacto na zona de amortecimento desapropriação sem pagamento, nem das áreas antigas falta de diálogo com a comunidade plano de manejo não concluído e não aplicado, representatividade do comitê gestor do plano sem representante da agricultura.

Unidades de Conservação: Reserva da Biosfera/Patrimônio da humanidade e /APA do Pouso Alto: a não existência de audiências públicas, corte 0 ou 30% enquanto o plano de manejo seja executado, sobreposição de UCS, / Corredor Paranã – Pirineus: falta informação e dialogo

Assentamentos: morosidade e falta de transparência no licenciamento ambiental (assentamentos e propriedades rurais)

Reserva Kalunga e Quilombos: morosidade e falta de transparência no processo de regularização, exploração indevida e insustentável do ecoturismo, Carvoeiras e queimadas, Regularização fundiária, Destinação do lixo.



Proposições: Conflito nas Unidades de Conservação (Reservas, Educação Ambiental e Agricultura Familiar, produção de material pedagógico abordando os temas pontuados no território/região, capacitação em educação ambiental para as câmaras temáticas do território, ênfase na identidade e pertencimento territorial, ênfase nos estilos de agricultura da bases sustentáveis, inserção da EA como matéria específica e c/ temas territoriais nas escolas do território especialmente as do campo, EA integrada as ações de fiscalização;

Formação e capacitação no controle e manejo de resíduos:

- 1. coleta de embalagens de agrotóxicos,
- 2. aproveitamento do lixo orgânico (compostagem),
- 3. foco na capacitação visando geração de renda,
- 4. EA incentivando a criação de consórcios intermunicipais no território p/ construção de aterros sanitários.

GRUPO 2 – (Sinomar, Neila, Tânia, Fernando, Fernanda, Mauro, Mara e Ellandes)

Conflitos: regularização fundiária, identidade licença ambiental, aterro sanitário, mineração / dragas, queimadas, poluição de nascentes, desmatamento, invasão áreas de reserva.



ATORES E INTERESSES:

- proprietários – posse legítima da propriedade
- cartórios – controle efetivo dos registros
- PREFEITURAS – interesse na arrecadação
- estado – interesse na arrecadação, políticas públicas e vontade política, disponibilização de técnicas
- INCRA – falta de critérios p/ os assentamentos, aprovação do geo referenciamento
- IBAMA – dificuldade de relacionamento, limite do parque
- comarcas – discriminatória/demarcatória, peritos (comarca de 1ª instância)

antecedentes: registros paroquiais Torres, INCRA geo referenciamento.

Como a EA pode contribuir?

A E.A despertará atores locais para a procurarem resolver os conflitos existentes.

GRUPO 3 – (José Antonio (europeu), Aida, Damásio, Requião, Ricardo, Tiririca, Jucely, Izabel Kalunga, Adermirson, Veracildes)



Questões que geram conflitos: regularização fundiária, zona de amortecimento do PNCV, licenciamento ambiental, queimadas, ATER, Carvoarias, Exploração madeira de lei
Praticas conservacionistas, Educação, Saúde, Mineradoras, o mais importante: regularização fundiária.

Atores e disputas: acesso e direito a terra, latifundiários, políticas publicas.

Problemas que geram: acesso a crédito, grileiros, definições dos atores (quilombos, fazendeiros, APAS e PNCV) geo referenciamento dessas áreas, êxodo rural, impacto ambiental e licenciamento.

Ações dos atores para resolver: demandas p os poderes públicos, ministério publico, INCRA – MDA, IBAMA, SEAGRO, prefeitura, etc. Demanda territorial através de plenárias, reuniões, oficina e palestras, mobilização dos movimentos sociais – MST, FETAEG, CONTAG
setor publico pouco está fazendo, latifundiário mobilização ao seu favor junto ao poder publico e político EA o que pode fazer?

divulgação de ações disponíveis pelo DEA junto a comunidade

troca de experiência, introdução e manutenção de metodologia educacional (palestras, cursos,etc.), cursos, estudos de casos sobre problemas fundiários, palestras p/ acesso ao

credito e aproveitamento de áreas não tituladas, interlocução entre os responsáveis p/ resolver os problemas fundiários (INCRA MDA, SEAGRO e poder judiciário), parcerias do ministério com instituições p/ capacitar trabalhadores;

TARDE

Marisa (Secretaria de Educação de Goiás) - Orientar e acompanhar as unidades educacionais em atividades complementares com ênfase em EA. Disponibiliza carga horário p/o professor que atua nessa ação. Há vários projetos em andamento. É necessário enviar projeto no inicio do ano e cadastra via on line. Tem cartilha própria que informa como acessar esses projetos. Ela acha que as Extensões também podem (via escola estadual) acessar esse programa p/aquelas turmas especificas. Está em andamento o processo de ressignificação do ensino médio c/ parte optativa (atividades complementares que inclui EA) e que a comunidade escolar pode optar.

Projeto sustentabilidade na escola em Goiânia (diretrizes de EA p/trabalhar) tem 3 eixos principais. Participação da escola de Campos Belos calunga 3 na mostra de cultura e arte foi muita boa.

Mariana – com vida – um projeto com ênfase em jovem, educando jovem. É um coletivo jovem que inicia c/ conferencia e através da participação vai formando novos jovens.

Jodat – coletivo jovem merece destaque por ser uma das formas de articulação dos jovens.

Fernanda – SEE – Go / Ed. do Campo - O departamento da Ed. do Campo em Goiás na SED-Go é novo e não há ainda nenhuma política publica adotada. Está sendo feita uma pesquisa sobre as demandas (por amostragem) da ed do campo. O levantamento já está pronto mais ainda estão visitando algumas comunidades. Está pensando em adaptação do currículo observando o mapeamento que está sendo feito, no entanto lembra que no próximo ano os gestores serão outros e haverá mudanças na secretaria. Os materiais didáticos das escolas rurais realmente não contempla as especificidades do campo. tem 3 escolas em alternância no estado. Através de um projeto de geografia? Está sendo feito um mapeamento/identificação de comunidades tradicionais no estado. Existe uma proposta de criar mais escolas famílias agrícolas no estado embora haja algumas resistências internas ao tema.

Delmar – as extensões de col estadual p/ escolas rurais é uma das maneiras de evitar o êxodo rural e assim manter as famílias unidas no campo com mais qualidade de vida. O que se conhece até agora (escola do Sertão e Escola do Forte) tem sido sucesso e com grande possibilidade de replicagem do modelo p/ outras regiões rurais.

Otacílio – explica que o MDA tem interesse em partilhar desse movimento de Ed do Campo e pode ainda auxiliar no convite aos diferentes parceiros (mov. sociais) para a DF/DA-Go. Acompanha todos os programas e estabelece relação com os movimentos sociais e uma das preocupações é o PRONAF e sua aplicação. trabalha com os programas: biodiesel, credito fundiário, arca das letras, PNDTR, agroecologia, PAA - CONAB, PNAE, 12 territórios, comitê do PRONAF, política de ATER, Pol. lei da agri de AF, cooperativismo, PGPAF, PTC, PTI, GERA, comitê de articulação territorial . MDA tem recurso a serem trabalhados c/ EFAS- EJA, Instituto Novas Fronteiras, ECOCUT, IBRACE, CEDAC, AGROTEC, IBRADEC, CECAF, ICV, UEG, SEAGRO, FUNDATER, FETAEG, IOV, REDE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDARIA, STTR CERES. todos os territórios são de identidade rural mas alguns por características específicas possuem o nome de cidadania por ter ações específicas e aportes financeiros diferentes. É necessário ter dinheiro (o orçamento do MDA não é suficiente) p/ se fazer a regularização fundiária dessa região, mesmo porque essa é uma das funções do governo do Estado.

Tiririca – novas fronteiras - experiência com projeto kit horta com recurso do ministério de ciência e tecnologia para 150 famílias. Formação de professores no entorno de Brasília com atividades de ed. ambiental utilizando um material tipo jogo de dados.

Fernando – projeto café – participa de projeto de pesquisa (EMBRAPA café, consorcio nacional, EPAMIG). Pesquisa de variedades e uso dos materiais alternativos de adubação orgânica.

Delmar – é o mesmo projeto de café mas c/ um método diferente de participação pois no Sertão a escola encampou o projeto através de Pesquisa participante. Os alunos participaram de todas as etapas de formação do viveiro e posteriormente do plantio e cuidados. É um modo de trabalho que privilegia a ligação da AF com a escola e o órgão de pesquisa na medida que todos atingem seus objetivos e se alcance ao final um beneficio coletivo, que inclusive pode ser replicado.

Izabel calunga – A abertura de estradas causou o assoreamento do rio ... na região Calunga, próximo a cachoeira de Santa Bárbara (Engenho) que causa grandes impactos. Otacílio sugere que ela tire fotos do local e junto c/ ofício envie p/ a DFDA para que ele apresente ao comitê gestor quilombola. Há algumas regiões calungas com escolas e outras não. Embora estejam melhores ainda precisa melhorar muito. As comunidades precisam de estradas. Escolas e transporte escolar ajuda muito. Preferem continuar vivendo ali, mas com mais conforto e qualidade de vida. Com ajuda de voluntários estrangeiros conseguiram um posto de saúde e reforma de escola. O turismo é uma atividade que tem muito potencial e os jovens podem ser guias. Essa é uma visão mais jovem já que a ênfase dos mais velhos é na agricultura. Tem buscado ajuda em vários lugares e parcerias com agencias tipo a travessia ecoturismo. vieram as doações e 500 pessoas do banco Itaú acamparam 2 dia na comunidade. Vieram através do turismo solidário. Há 68 guias e as vezes nos feriados prolongados faltam guias, algumas pessoas vivem da renda desse turismo. Precisa melhorar, conscientizar a comunidade especialmente em meio ambiente. Foi feito um projeto de ecoturismo e capacitação com enfoque em EA que está no custeio do território, e esse projeto vai dar um suporte para a comunidade e o sitio histórico para poderem melhorar o atendimento ao turismo. Necessita melhorar as trilhas que já existem até para evitar que virem voçorocas.

Jodat – as metodologias que tem sido utilizadas para resolver voçorocas, é que ela procure um outro equilíbrio pois o processo é custoso e caro, quase inacessível. A E.A pode atuar muito e bem nessa área para evitar outras.

Sinomar – o assoreamento é resolvido de cima pra baixo. escapadinha da gotícula. Criança é natureza, é o broto que cresce. Muita coisa evoluiu nos últimos anos. Inclusive com a contribuição do território que nesse evento compareceram 4 representações dos ministérios (MDA, MMA, MEC e MAPA/embrapa). Tem experiência em contenção de água da chuva mas essas técnicas tem que ser via educação. No vale de Jequitinhonha há um projeto semelhante mas que trata apenas as microbacias e depois as águas escorrem. As cisternas que coletam a água da chuva são canalizadas dos telhados e servem tanto p/ contenção de erosão e voçorocas quanto p/ uso domestico.

Otacílio – essa proposição pode ser apresentado no proinf do território, na parte de custeio 2011 pois, o mda não tem recurso suficiente p/ bancar esse projeto

Ervanda – pode ser verificado na ANA a possibilidade de rever o projeto que havia sobre contenção de águas pluviais. Talvez se possa estabelecer comunicação entre MDA e ANA.

Requião – ANA tem projeto de “produtor de água”. o agricultor não é o vilão pois ele tb sofre com os problemas. Os serviços ambientais que são prestados a cidade deveriam ser pagos pois custa aos agricultores. Água q vai do campo e é desperdiçada na cidade não se tem publicidade nem se dá a devida importância.

Dino – a EMBRAPA possui um programa de AF e vai haver um seminário em Caiapônia sobre degradação ambiental.

Mauro – um projeto da cooperativa de assessoria técnica em mutirão (c/ técnicos da cooperativa, da SEAGRO e demais companheiros) é quinzenal e abrange temas a serem trabalhados. fazem visitas nas propriedades e são cerca de 90 pessoas. O pagamento é apenas do combustível das maquinas. No intervalo do almoço, os filhos de agricultores escolhem temas a serem explicados com tecnologias simples (cartolina) . a cooperativa articula equipamentos/maquinas da prefeitura. Os participantes chegam ao local do mutirão de modo próprio.

Europeu – no próximo PROINF 2011 q o território possa articular com os 22 ministérios e trazer os projetos de retenção de água (apresentado pelo Sinomar).

Requião – Superintendência BB – a estratégia do BB é fomentar a produção através do credito (PRONAF). O BB faz um diagnostico (p/ DRS) vê as potencialidades inicialmente e depois de detecta-las se reúne com os produtores e qualifica o DRS, trás parceiros de alto gabarito, não é apenas emprestar dinheiro mas tb apoiar com os parceiros. Apóia e viabiliza iniciativas como o drs da cana em alto paraíso e drs de mel em Cavalcante. A cooperativa de Alto Paraíso evolui de 26 cooperados em maio p/ 171 em setembro a partir de uma reunião do drs. O fundo social da cooperativa (mínimo de 2 anos e 10 milhões de faturamento) se devidamente utilizado o retorno financeiro é de apenas 10% do valor cedido. Quer que a sociedade cresça e q se estabeleçam relações sociais e comerciais que não necessariamente precise de governo. No caso da cooperativa talvez precise contratar um técnico ou cooperativa de serviços para dar base aos trabalhos da cooperativa. O GIPE, composto por representantes para facilitar e viabilizar os gargalos de acesso ao PRONAF. O BB não é dono do dinheiro mas sim gestor do recurso, por isso deve administrar com cuidado todos os recursos.

Fernando – a metodologia de diagnostico do drs é amplo e bom. O estudo é necessário e revelador.

DECOOP – base de serviços q possam ser contratadas pela SDT;

Otacílio – é interessante verificar as outras casas do mel, pois erraram muito e ali aprender p/ fazer melhor;

Sinomar – visita técnica em outras locais (Iporá) p/ ver outras experiencias e assim aprender com elas;

Delmar – a casa do mel q será construída em Alto Paraíso será tb uma estratégia de EA na pratica;

Tiririca - abatedouro Divinópolis resgatando o incentivo de criação de caprino e ovinos.

Rezende – a população de abelhas ta diminuindo na região e os projetos de mel tem muita relevância;

Europeu – as estratégias de comercialização devem ser pensadas e essa visão já se tem. a demanda é alta e o q produzido atualmente na cooperativa não atende a demanda.

Dia 24 – MANHA

Questões norteadores para o encaminhamento no colegiado:

como dar prosseguimento ao processo de reflexão-ação iniciado na oficina?

1. q ações já existentes no território poderiam ser replicadas ou fortalecidas?

Ações da educação, cooperativismo e associações, criação de espaços organizados, sistematizar e mapear exemplos de boas praticas de EA, AGRINHO;

2. q estratégias novas poderiam ser criadas e implementadas?

Definição de parceiros prioritários, a representação continua de alguém da pauta (EA/AF) nas varias instancias,

3. q temas deverão ser discutidos ou aprofundados em outros momentos?

ICMS ecológico, produção de água, FNMA, utilização e qualidade da água (uso da água), as UCS, conservação de solo, destinação do lixo (saneamento), usinas de reciclagem, PCHs, as audiências públicas (modo da publicidade), crédito de carbono, comitês de bacias, pagamento por serviços ambientais

4. que possíveis alianças se mostram? Como efetivá-las? Quais atores deveriam ser inseridos nesse processo e ainda não estão?

Ater, universidades, municípios secretarias de educação o sistema S, o terceiro setor Agentes de saúde na zona rural, movimento sindical, OSCIP q estão presentes no território, SEMARH, AGRODEFESA, ICMBIO,

6. Qual a possível contribuição de cada ator no avanço imaginado?

As universidades e os órgãos com integração p/ repassar resultado de pesquisas, repasse de tecnologias, secretários de educação envolvidos diretamente nas ações de EA e dando continuidade a elas, idealização de projetos integrados tanto na idealização (GT fed.) quanto na base (GT território), junção de vários poderes no cumprimento de seu papel na EA, otimizar os espaços de representatividade dentro da plenária do território, registro áudio visual do evento p/ facilitar a sistematização, a memorização e a posterior divulgação dos resultados obtidos.

Relato do GT Federal (Renata e Ricardo – MMA, Ervanda e Otacílio – MDA, Dino – EMBRAPA, Ten. Xavier e Sgt. Wellington – Corpo e Bombeiros, Fernanda e Marisa – SEDUC-GO, Rezende – Rep. TCCV)

Estabelecimento de parcerias:

- Federal, Estadual e Municipal, CONTAG, CNA, FETRAF, Todas as instituições que fazem parte dos territórios, DEA resgatar ações desenvolvidas inclusive nos territórios, Constituição de relatório com as conquistas obtidas c/ as oficinas, DEA retornar nos territórios alvos p/ acompanhar as decisões assumidas pelo território, Disciplina de EA em todos os níveis da Educação Formal, relatório de 2010 e sugestões p/ 2011 e 2012 p/ estabelecimento de parcerias

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS APRESENTADAS:

- Inserir novos parceiros, UEG e UFG;
- Criar o ICMS Ecológico;
- Implementar a Assistência técnica e o Mais Ambiente;
- Crédito de Carbono;
- Pagamento de ônus ambiental;

- Destinação Ecológica do lixo gerado nos territórios;
- Criar usinas de reciclagem;
- Utilização e qualidade da água;
- Criação de microbacias regionais;
- PCHS ;
- Grandes Obras Impactantes no Meio Ambiente;
- Criar unidades de conservação do solo
- Criar um fundo para o meio ambiente;
- Definir parceiros prioritários;
- Representação continua de pauta mas várias instancias;

AVALIAÇÃO DO EVENTO

Os temas se enquadraram, apesar de ser cansativos, agradece a oportunidade de participar esperar que fluam resultados satisfatórios;

Foi um avanço da proposta a partir de UNAI, o grupo estava mais integrado, poderia haver mais contribuição das pessoas na organização, informática atrapalhou, conteúdo bom, cansaço devido ao tempo, prejudicou algumas palestras, espero que mais ministérios comecem a trazer suas palestras;

Primeira vez que participa de uma oficina de meio ambiente no território, temas importantes, ajuda a ampliar o trabalho, importante a doação de livros, três dias é muito cansativo, mas para quem quer mudança é necessário, coordenação muito boa;

Desde década de 90 que se abriu a participação, importante o governo fazer uma gestão democrática, é um marco, nos sentimos fazendo parte da história desse país, ajudando a construir uma política pública, neste espaço acontecerem muitas interações entre as várias esferas da sociedade, essa atividade contribuiu muito para esse grupo, essa oficina vai contribuir significativamente para a construção do nosso PTDRS;

Foi bom, mas não adianta confinar as pessoas, é importante fazer na cidade porque nos intervalos podemos resolver os problemas, a próxima espero que repensem o local; no nosso território viemos participar para curiar, o problema da informática atrapalhou, para ser a segunda foi de bom tamanho;

Com relação ao local concordo com o Damasio, foi muito cansativa, poderia ter sido pensada dinâmicas nas apresentações, gostei da palestra do Beto e do Banco do Brasil, ter cuidado como fala que as vezes mágoa o outro;

Os temas foram bons, apesar da dispersão, o problema foi local, a questão de confinar, exigir, peço desculpas pela dispersão, por não ter participado 100%. Fazer a avaliação na imagem da oportunidade de estar conversando com o ministério; O IMPORTANTE É O ELO QUE CRIAMOS E FORTALECEMOS, essa relação Ministério e Comunidade, enqto para uns sente um cansaço para mim é um descanso está aqui;

Delmar – Entendi que nós aqui presente daríamos uma contribuição de uma política de educação ambiental, para a agricultura familiar, nesse aspecto é uma iniciativa muito interessante, pois muito dificilmente se constrói política ouvindo os atores locais, acredito que o sistema de confinamento não é comum, assim como a dispersão, nos respeitamos, dialogamos de forma fraterna, Nós como território, senti falta do nosso coordenador de dizer uma palavra na abertura, não diminuo a importância do Claudisson, mas o nosso coordenador nos representa, e ele poderia dar uma palavra de boas vindas, A nossa identidade enqto território para participar de um evento como esse, aqui deveria ter mais técnicos dos escritórios participando, O espaço é muito agradável, mas as cadeiras não são confortáveis, não podemos tirar três dias e nos isolar do mundo, ficar sem internet, sem telefone, por mais rústico que seja o local, vale a pena analisar a distância da cidade, não acreditei que um cabo poderia impedir o uso da tecnologia, O Plano B deveria ser melhor que o Plano A, o alternativo é o Plano C, precisaríamos colocar uma lona para impedir o vento. Se se vai para lugares diferentes se prepare para lidar com pessoas diferente, sentiu falta de dinâmicas de animação, uma piada, uma música, uma poesia, fazer oficina como essa é tocar nas pessoas.

”quer resultado para um ano planta arroz, para 10 anos planta laranja e para 100 anos educa as pessoas”.

Representante da Embrapa - Inicio agradecendo e parabenizando, poderia ter menos palestras e mais debate, a mala direta deveria ter continuidade, podemos crescer bastante, e dizer para minha instituição que vcs são muito mais ricos do que imaginamos;

Banco do Brasil – foi muito positivo, é possível fazermos parceria; O encontro foi muito rico, dividido em duas partes, uma discussão enriqueceu muito o território, contribuimos com o que podemos para o trabalho de vocês;

Neila Resende – primeiro o local, sofremos com a nossa própria decisão, foi um erro em dobro na questão da informática. A gente fez barulho aqui atrás a equipe, a mesa de abertura,

Ervanda – estamos com dificuldades por falta da presença do articulador do território,

Mariana Dourado – Em primeiro lugar agradecer, dizer que muito me engrandece, conhecer pessoas como Delmar, Tiririca, Jodat muito me engrandece;

Renata agradeceu a presença de todos em nome do DEA – MMA.

Otacílio - Delegado do MDA no Estado de Goiás, ...tivemos a oportunidade nesta semana um programa de educação ambiental, perpassando por várias temáticas estratégicas, não podemos perder de vista que estamos trabalhando uma oficina, que é com um público, preciso conhecer o outro para entendê-lo e poder trabalhar com ele...Parabéns a todos o resultado da oficina para mim é importante, como participei da organização a idéia do local era para facilitar a convivência, a troca de experiência e não de confinamento.

Ricardo Galvão – Agradecer a todos, e dar alguns avisos das reuniões que ainda precisamos fazer.

Participantes/coordenadores:

Ervanda Timm mda/sdt – ervanda@gmail.com - 61 8125 3972

Clarice santos incra/pronera – clarice.santos@incra.gov.br - 61 3411 7262/ 7698/7276

Aida Maria silva – mma/ saic/dea – aida.silva@mma.gov.br - 61 2028 1207

Ricardo Novaes – mma / saic/dea – ricardo.novaes@mma.gov.br - 61 2028 1333

Neila Resende - mma / saic/dea – neila.resende@mma.gov.br - 61 2028 1207

Mariana dourado – mma / saic/dea – mariana.dourado@mma.gov.br - 61 9208 7201

Renata maranhão - mma/ saic/dea – renata.maranhão@mma.gov.br - 61 2028 1207

Claudison Rodrigues – mma / saic/dea - claudison.vasconcelos@mma.gov.br - 61 9199 6848

Beto – MEC jose.rodrigues@mec.gov.br - coordenacaoeducampo@mec.gov.br

Marcio Hirata – MDA Questões agrárias- marcio.hirata@mda.br - 61 3214 0504

Lucilene – Secretaria de Educação - Go (Projovem) – licilinetome@bol.com.br - 62 8564 62 15

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DA OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR – TERRITÓRIO DA CHAPADA DOS VEADEIROS

	Nome	instituição	E-mail	Telefone
1	Durval Requião	Banco do Brasil	durvalrequiao@bb.com.br	3104-5670
2	Ciro Martins da Silva	Corpo de Bombeiros / Goiás	10pbm@bombeiros.go.gov.br	(62) 3379-3019
3	Prev -fogo	IBAMA-GO		
4	Otacílio Alves Teixeira	MDA GO	otacilio.teixeira@mda.gov.br / otacilio13@gmail.com	(62) 3269 1766/ 9252 2024
5	Barnabé Araújo	FUNDATER	fundater@terra.com.br	(62) 3202 3376
6	Robson Luis de Moraes	Emater-GO (diretor)	robson@emater.go.gov.br	(62) 3201-8715 / 9631-0070
7	Jodat	Ecocut	jodatjawabri@yahoo.com.br / bira.fonseca@hotmail.com	(62) 9944-72-70
8	Giniliana Ferreira Cardoso Beltrão	Representante do território	genibltrao@bol.com.br	(62) 9949-9685 3451-1625
9	João Lino	Representante do território	lucimarstr@hotmail.com	(62) 9923- 3898/3494-1317
10	Luiz Fernando Gonçalves	Representante do território	luizfernandothe@gmail.com	(61) 9812-4948
11	Lucimar Rodrigues de Araújo	Representante do território	lucimarstr@hotmail.com	(62) 9923- 3898/3494-1317
12	Aliberino Ferreira Rezende	Representante do território	rezende@nuclear.radiologia.com.br	(62) 9655 4601
13	Damásio Kennedy de Amorim	Representante do território	damasio@ig.com.br	(62) 3481-1177 / 9668-0388
14	Ricardo Alexandre Garcia Galvão	Representante do território	ricardoaggalvao@gmail.com	(62) 3494 1131 / 9923-2348
15	Jales Teles da Silva	Representante do território	jalestelles@hotmail.com	(62) 8429 5527
16	Fernanda Fernandes de Souza	Representante do território	nanda_bio_1@hotmail.com	(62) 9175 6743
17	Lucilene Tomé Ribeiro de Lima	Representante do território	licilinetome@bol.com.br	(62) 8564 6215
18	Marisa Claudino da Costa Barbosa	Representante do território	marisaclaudino@yahoo.com.br	(62) 9927 8301
19	Lucindo Alves dos Santos	Representante do território	lucindo.arco@hotmail.com	(61) 99178104
20	José Dias de Assunção Neto	Representante do território	jdassuncao@neto@hotmail.com	(62) 8555 2828
21	Lusimária Menezes dos Santos	Representante do território	chimbicajones@hotmail.com	(62) 9666-6467
22	Leandro Dias Barbosa	Representante do	leandroapms@hotmail.com	(62) 91581608

		território		
23	aria Veracilde Rodrigues dos Santos	Representante do território	jpnovaroma@hotmail.com	(62) 9697-1601
24	Delmar Ferreira Rezede	Representante do território	delphoenix7@gmail.com	(62) 9669-8732
25	Sinomar Machado Carvalho	Representante do território	isau.oliveira@hotmail.com	(62) 9803-0606 / 9674-2445
26	Izabel Francisco Maia	Representante do território	bellkalunga@hotmail.com	(62) 9654 9921
27	Fernanda Galdioli Passos	Representante do território	fernandagpassos@hotmail.com	(62) 9914 9646
28	Ademirson Joaquim Moreira	Representante do território	ptmoreira13@hotmail.com	(62) 9697 1601
29	Jusely Maria do Prado Silva	Representante do território	jpnovaroma@hotmail.com	(62) 9993 2821
30	Enivaldo Caldeira de Melo	Representante do território	nilesporte@yahoo.com.br	(62) 9904 2894
31	José Antonio Moreira Alves	Representante do território	ass.silvo.rodrigues@hotmail.com	(62) 9984-4334
32	Elandes Abreu Lopes	Representante do território	ellandes@hotmail.com	(62) 99253468
33	Leonard Schumm	Representante do território	leonard.schumm@gmail.com	(62) 3455 1116
32	Tania Ferreira de Torres	Representante do território	taniazootec@hotmail.com	(62) 9964-0234
33	Fernando Ambrósio Trindade	Representante do território	isau.oliveira@hotmail.com	(62) 3459-3033
34	Maurílio Bispo Braga	Representante do território	ricardoaggalvao@hotmail.com	(62) 9617 2080
35	Donizeth Pinheiro de Souza	Representante do território	dir.campos@ueg.br	(62) 34511049
36	Márcio Hirata	MDA	marcio.hirata@mda.gov.br	(61) 9333 8913
37	Zaré Augusto Brum	CONTAG	zare.brum@contag.org.br	(61) 9325 7685 / 2102 2288
38	Cláudio Rodrigues dos Santos	SEDR	claudio.santos@mma.gov.br	(61) 2028 1763
39	Beto	MEC Educação no Campo	jose.rodrigues@mec.gov.br	2022 9004/ 9005/ 9006
40	Marco Antonio Sampaio Malagodi	UFF	marcomalagodi@uol.com.br	(62) 2731 2907
41	Ervanda Timm	MDA/ SDT	ervanda@gmail.com	(61) 8125 3972
42	Aida Maria Silva	MMA / SAIC/ DEA	aida.silva@mma.gov.br	(61) 2028 1207
43	Ricardo Novaes	MMA / SAIC/ DEA	ricardo.novaes@mma.gov.br	(61) 2028.1333
44	Neila Resende	MMA / SAIC/ DEA	neila.resende@mma.gov.br	
45	Mariana Dourado	MMA / SAIC/ DEA	Mariana.dourado@mma.gov.br	(61) 9208 7201 / 2028 1222
46	Renata Maranhão	MMA / SAIC/ DEA	renata.maranhao@mma.gov.br	(61) 2028 1207
47	Claudison Rodrigues	MMA / SAIC/ DEA	claudison.vasconcelos@mma.gov.br	(61) 9199 6848 / 2028 1207

SINTESE DA AVALIAÇÃO DA OFICINA









